

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES HISTÓRICAS

Kétellyn Nayê Raitz¹

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6710-0601>

E-mail: ketellynnarai@gmail.com

RESUMO

O artigo aborda a posição que a criança ocupa no cenário educacional brasileiro e o desenvolvimento da Educação Infantil, fazendo um recorte das políticas públicas implementadas no decorrer dos anos. Abordando o contexto da industrialização e urbanização no século XIX, que levaram ao trabalho infantil e à necessidade de enfrentar esse problema social. Neste cenário, observa-se o início das instituições de Educação Infantil no Brasil, dando início aos movimentos nas políticas públicas voltadas para a criança e a instituição da infância, bem como: a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a Resolução CNE/CEB 5/2009. Outras legislações também foram mencionadas, bem como a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Por fim, destaca-se a importância da continuidade pela busca da qualidade e abrangência dessa etapa da educação.

Palavras-chave: Educação Infantil; Criança; Políticas Educacionais; Direitos.

PUBLIC POLICIES FOR EARLY CHILDHOOD EDUCATION: HISTORICAL REFLECTIONS

ABSTRACT

The article argues the position that the child occupies in the Brazilian educational scenario and the development of Early Childhood Education, making a cross section of the public policies implemented over the years. Addressing the context of industrialization and urbanization in the 19th century, which led to child labor and the

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGEFB, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Campus de Francisco Beltrão, PR, BR. Membro do GPECI – Grupo de Pesquisa Educação, Crianças e Infância - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Campus de Francisco Beltrão, PR, BR. Professora da rede municipal de educação infantil de Francisco Beltrão – Pr. BR. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6710-0601>. E-mail: ketellynnarai@gmail.com

need to face this social problem. In this scenario, we observe the beginning of Early Childhood Education institutions in Brazil, giving rise to movements in public policies aimed at children and the institution of childhood, as well as: the Federal Constitution of 1988, the Statute of Children and Adolescents (ECA) of 1990 and the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB) of 1996, Resolution CNE/CEB 5/2009. Other legislations were also mentioned, as well as the approval of the National Common Curricular Base (BNCC). Finally, the importance of continuity in the pursuit of quality and scope of this stage of education is highlighted.

Keywords: Child education; Child; Educational Policies; Rights.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LA EDUCACIÓN INFANTIL: REFLEXIONES HISTÓRICAS

RESUMEN

El artículo discute la posición que ocupa el niño en el escenario educativo brasileño y el desarrollo de la Educación Infantil, haciendo un esbozo de las políticas públicas implementadas a lo largo de los años. Abordar el contexto de industrialización y urbanización en el siglo XIX, que generó el trabajo infantil y la necesidad de enfrentar este problema social. En ese escenario, observamos el inicio de las instituciones de Educación Infantil en Brasil, dando lugar a movimientos en las políticas públicas dirigidas a los niños y la institución de la infancia, así como: la Constitución Federal de 1988, el Estatuto del Niño y del Adolescente (ECA) de 1990 y la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (LDB) de 1996, Resolución CNE/CEB 5/2009. También se mencionaron otras legislaciones, así como la aprobación de la Base Nacional Común Curricular (BNCC). Finalmente, se destaca la importancia de la continuidad en la búsqueda de la calidad y alcance de esta etapa educativa.

Palabras clave: Educación Infantil; Niño; Políticas Educativas; Derechos.

INTRODUÇÃO

A proposta para esse trabalho surge das reflexões feitas nas disciplinas: a) Estudos sobre infância e educação; b) Cuidado e educação na educação infantil: fundamentos, prática pedagógica e formação de professores, cursadas no ano de 2022, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Francisco Beltrão - PPGEFB.

Observando que a história da infância se desenvolve a partir da análise da história da assistência, da história da família e da história da educação, revelando um entrelaçamento entre o contexto social da infância e as representações coletivas (KUHLMANN, 2011).

Desse modo, a partir de uma pesquisa teórico-bibliográfica de natureza qualitativa, objetiva-se buscar diferentes perspectivas para compreender de que maneira se tem a descoberta do sentimento de infância, e as transformações deste sentimento na modernidade, relacionam-se com o contexto histórico e as mudanças nas políticas públicas para a educação infantil no Brasil. Bem como observar as ações realizadas no decorrer dos anos, para melhorar a qualidade e a acessibilidade à esse nível de ensino.

Os estudos de Philippe Ariès (1981); Dornelles (2005); Kuhlmann Jr (2011); Azevedo (2013); entre outros, fazem parte desse trabalho, que está organizado em: 1) analisar como se tem a descoberta do sentimento da infância; 2) observar as infâncias brasileiras, relacionando-as com as políticas públicas, e por fim 3) fazer reflexões dessa construção histórica para compreender o presente das instituições de infância.

DESCOBERTA DO SENTIMENTO DA INFÂNCIA

... Saiba: todo mundo foi neném
Einstein, Freud e Platão também
"Hitler, Bush e Saddam Hussein
Quem tem grana e quem não tem
... Saiba: todo mundo teve infância
Maomé já foi criança
Arquimedes, Buda, Galileu
e também você e eu."
"Saiba" (ANTUNES, 2009).

Arnaldo Antunes, a partir dessa canção, nos faz refletir sobre a infância, tanto a nossa própria, quanto a que nos deparamos atualmente com nossos filhos, alunos e demais crianças. Quantas vezes ouvimos e quem sabe falamos como "na minha infância não era assim", "na minha infância era melhor" ou "na minha infância não tinha acesso a tantas coisas". Essas frases revelam que as infâncias variam entre as diferentes gerações, tanto passadas ou futuras, e até mesmo dentro um mesmo contexto histórico-social.

Segundo o Minidicionário Escolar Da Língua Portuguesa, "criança" é definida como: "infante, ser humano na época da infância até os 12 anos." (SCOTTINI, 2009, 104). Já o termo "infância" é descrita como "período da vida que, legalmente, vai de 0 a 12 anos; criancice." (SCOTTINI, 2009, 183). Neste ponto, já podemos diferenciar

esses dois termos, sendo a infância uma etapa da vida, enquanto criança é a pessoa que está vivendo a infância.

De acordo com Kuhlmann Jr (2011, p. 30),

É preciso considerar a infância como uma condição da criança. O conjunto das experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que a uma representação dos adultos sobre esta fase da vida. É preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, etc., reconhece-las como produtoras da história. Desse ponto de vista, torna-se difícil afirmar que uma determinada criança teve ou não teve infância. Seria melhor perguntar como é, ou como foi, sua infância.

Embora as crianças tenham existido desde o início da evolução humana, o conceito de infância como uma fase distinta e com características próprias foi gradualmente construído ao longo do tempo.

A sua descoberta, para muitos filósofos se dá com o autor Philippe Ariès (1981) em sua obra intitulada “História social da criança e da família” de 1960. Nesta obra o autor analisa o movimento da sociedade em relação à infância ao longo do tempo.

De acordo com Dornelles (2005, p. 24), “Crianças e adultos trabalhavam, viviam e testemunhavam nascimentos, doenças e mortes conjuntamente da mesma maneira que participavam da vida pública (política), das festas, guerras, audiências, execuções, etc.”.

Na Idade Média observava-se a falta de sentimento para com a infância. As crianças ingressavam no contexto da vida adulta, assim que conseguiam viver sem os cuidados de suas mães ou de suas amas, o que chamamos hoje de “mini adulto”. Como nos mostra Ariès (1986, p.100) “assim que a criança superava esse período de alto nível de mortalidade, em que sua sobrevivência era improvável, ela se confundia com os adultos”.

No século XVIII para alguns estudiosos, se dá a descoberta do sentimento de infância, ou seja, é um sentimento moderno. Segundo Ariès (1986, p. 99) “O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem”. Para o autor, com essas mudanças, houve uma mudança significativa na sociedade, onde a criança deixa de ser “misturada” com os adultos e sua educação

passa a ser no meio escolar. Além disso, observa-se que a família, neste momento passa a ser um ambiente de afeto entre pais e filhos.

Na Modernidade há uma ruptura do olhar sobre a criança, que até então era vista somente com olhar biologista, dando início ao movimento do interesse de outras ciências.

Conforme Azevedo (2013, p. 32)

“o conceito de infância se modifica ao redor do século XVII influenciado pelos seguintes fatores: 1) emergência de um sistema de educação; 2) mudanças na estrutura familiar; 3) desenvolvimento do capitalismo; 4) surgimento de um espírito de benevolência; 5) aumento da maturidade emocional dos pais. Esse conceito torna-se mais elaborado durante os séculos XVIII e XIX, quando a criança é considerada um componente essencial da família e da sociedade e seus direitos passam a ser protegidos pelo Estado.”

Quando a sociedade passa a compreender que as crianças possuem especificidades, o conceito infância surge para protegê-las das questões sociais (pobreza, guerra, doenças, trabalho infantil), então ela passa a ser parte de uma população específica: população infantil.

Com isso, se dá início a estratégia de conhecer melhor esta criança, que agora é considerada inocente e naturalmente racional, a fim de caracteriza-la e entende-la, para melhor regula-la.

A esse respeito, Dornelles (2005) afirma que

É esse sujeito pensante e problematizador que emerge como sujeito-aprendiz que precisa ser colocado na posição de aluno, que precisa ser orientado em suas tendências “naturais” de curiosidade, espontaneidade, experimentação a partir das concepções científicas vigentes em cada momento histórico. (DORNELLES, 2005, p.15).

Ou seja, a criança passa a ser relacionada com a ideia de governo e um objeto de estudo. Tal relação inicia-se com a ideia de internalizar normas e regras, colocando as crianças na posição de aluno, para que no futuro se tornem adultos úteis para a sociedade.

Diante dessas reflexões, observamos que a descoberta do sentimento de infância está estreitamente relacionada ao surgimento das instituições destinadas para as crianças.

INFÂNCIAS BRASILEIRAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

No Brasil, é com os jesuítas que trouxeram influências europeias, no século XVI, que se tem as primeiras ideias de sentimento em relação à infância, sendo elas “mística” e a que “imita de Jesus.”, ou seja, a criança era vista como um vulnerável e inocente.(AZEVEDO, 2013).

“A partir de então, a história da criança brasileira, especialmente aquelas das classes menos favorecidas economicamente desenvolveu-se em meio ao descaso, à discriminação e ao abandono. Até meados do século XIX, isto é, desde o descobrimento até 1874, pouco se fazia no Brasil pela infância destitosa, tanto no que se tange à proteção jurídica quando às alternativas de atendimento existentes” (AZEVEDO, 2013, p. 54).

Durante o século XIX, a estrutura familiar no Brasil era predominantemente patriarcal, com o homem como chefe da família e responsável pelo sustento. As mulheres, por sua vez, eram responsáveis pelas tarefas domésticas e cuidados com os filhos. No entanto, ao longo do século, ocorreram mudanças significativas na estrutura e composição familiar, com surgimento da indústria e do trabalho assalariado. Neste processo de industrialização e urbanização no final do século XIX e início do século XX, as mulheres começaram a trabalhar fora de casa e também, muitas crianças eram forçadas a trabalhar em condições perigosas e insalubres.

É nesse cenário de desenvolvimento da sociedade que as autoridades governamentais buscaram enfrentar o problema social da exploração do trabalho infantil e das condições precárias em que muitas crianças viviam. Tentando superar condições de pobreza extrema, com falta de acesso a alimentos, cuidados de saúde adequados, o discurso médico-higienista se propaga sobre a infância, o qual enfatizava a importância de uma alimentação balanceada, higiene pessoal, práticas esportivas e atividades ao ar livre para o desenvolvimento saudável das crianças. Além disso, havia a preocupação com a educação moral e cívica das crianças, visando formar cidadãos responsáveis.

Para analisar a posição que a criança ocupa no cenário educacional brasileiro e o desenvolvimento da educação infantil, é necessário considerar as políticas públicas implementadas ao longo do tempo no Brasil. Essas políticas visam ampliar e melhorar a oferta de educação infantil por meio da expansão da rede pública e particular de educação infantil, qualificação dos profissionais da área e da elaboração de currículos adequados às necessidades das crianças.

Neste período se tem a institucionalização da criança brasileira. Como destaca Qvortup (2010, p. 640) “Esses desenvolvimentos mudaram dramaticamente a discussão sobre a vida das crianças”. Questões como acesso à educação, equidade, currículo adequado, participação das famílias e valorização dos direitos das crianças são cada vez mais discutidas e consideradas na formulação de políticas educacionais e sociais.

A criação das instituições estava ligada à necessidade de atender às demandas da crescente classe média urbana, que valorizava a educação infantil como forma de preparar as crianças para a escolarização e para a vida em sociedade. De acordo com Montenegro (2001, p. 80) “A tendência predominante no período inicial no Brasil era a de uma instituição designada para o atendimento de crianças pobres, numa ótica assistencialista [...]”.

Por outro lado, enquanto as creches eram destinadas às crianças pobres com foco no assistencialismo, os jardins-de-infância destacam-se como instituições privadas para as crianças da elite. Para diferenciarem-se das creches e valorizarem-se, os jardins-de-infância utilizavam características educacionais, “[...] definidas por seus criadores como destinadas a educar e não apenas cuidar das crianças, estando para isso, munidas de um projeto denominado pedagógico”. (KUHLMANN JR, 1998 apud MONTENEGRO, 2001 p. 23).

As creches, por sua vez, geralmente focavam no cuidado físico, saúde, alimentação e formação de hábitos de higiene e comportamentos sociais. Às vezes, também ofereciam orientações às famílias sobre cuidados sanitários, higiênicos e alimentares, além de promoverem o relacionamento afetivo. Já os jardins de infância, inspirados pela abordagem de Froebel, adotavam uma perspectiva diferente, buscando promover o desenvolvimento físico, social, afetivo e cognitivo das crianças por meio de atividades lúdicas, movimento e autoexpressão (Nunes, Corsino e Didonet, 2011).

Neste contexto, a educação de crianças de 0 a 6 anos passa a ser discutida no âmbito das políticas públicas. Buscando legitimar a visibilidade da criança como cidadã, rompendo com a concepção assistencialista que predominava até a década de 1980, a fim de garantir que seus cuidados físicos e biológicos sejam devidamente atendidos.

Como nos mostra Nunes, Corsino e Didonet (2011, p. 45)

O Brasil tem várias políticas de primeira infância – sendo as mais significativas as de educação infantil, saúde, assistência social e a de justiça/proteção. Embora exista, nestas diferentes políticas, uma dimensão educativa, a educação infantil é assumida como dever do Estado e ofertada em estabelecimentos educacionais públicos e privados. Assim, a opção brasileira foi a de definir a educação infantil como primeira etapa da educação básica, ou seja, integrá-la ao sistema educacional no seu todo, como política educacional, e não como política integrada de primeira infância.

É com a Constituição Federal – CF de 1988 que mudanças significativas em relação à criança, marcando o início da responsabilidade do setor educacional sobre o cuidado e educação da primeira infância. Antes da sua promulgação, como destacado acima, a criança não era vista como um sujeito de direitos e sim como um objeto de tutela do Estado ou da família.

O país optou por integrar a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, incorporando-a ao sistema educacional como uma política educacional abrangente, em vez de uma política separada para a primeira infância.

Entre as mudanças, estabeleceu a criança como sujeita de direitos fundamentais, reconhecendo-a como pessoa em desenvolvimento, atribuindo ao Estado e à sociedade a obrigação de assegurar esses direitos. Como exemplo, em seu Art. 208 - Capítulo III, a CF garante como dever do Estado, em seu inciso VI, o “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”.

A responsabilidade de oferecer educação infantil cabe aos municípios, os quais devem garantir a integração com as políticas e planos nacionais, tanto em âmbito federal quanto estadual. Isso implica na organização, manutenção e desenvolvimento dessa etapa da educação básica. É importante ressaltar que as fragilidades ou potencialidades de cada município têm impacto em sua política educacional, ou seja, a qualidade e oferta desta etapa está estreitamente relacionada com a compreensão dos gestores municipais.

Dentre os direitos garantidos pela Constituição, destacam-se o direito à vida, à saúde, ao lazer, à cultura, à alimentação, à convivência familiar e comunitária, à proteção contra toda forma de violência, dentre outros. Portanto, a Constituição Federal alterou o olhar para a criança no Brasil ao reconhecê-la como um sujeito de direitos e estabelecer a sua proteção integral como uma obrigação do Estado e da

sociedade. A partir de então, se tem uma construção de políticas públicas para garantir esses direitos.

Em 1990, com a Lei nº 8.069, de 13 de julho, entra em vigência o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que regulamentou a proteção integral à criança e ao adolescente e estabeleceu os direitos e deveres que deviam ser garantidos. Esta Lei é considerada um avanço na proteção dos direitos da criança, pois criou mecanismos para a sua proteção e promoção.

Mas, somente em 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96, se define a educação infantil como primeira etapa da educação básica. Em sua SEÇÃO II – Da Educação Infantil, Art. 29 diz que “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.”

A lei definiu também, os objetivos da educação infantil, as competências dos profissionais que atuam nessa área, as diretrizes curriculares e as formas de avaliação. A LDB organizou a oferta da educação infantil em creches, destinadas a crianças de até 3 (três) anos de idade, e pré-escolas, destinadas a crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. Até neste momento as crianças tinham o direito à educação.

Com o FUNDEB (2007), tornou-se o financiamento da educação infantil, possibilitando a expansão da oferta de vagas, a melhoria da infraestrutura das instituições de educação infantil, a formação de professores e a implementação de políticas educacionais voltadas para essa etapa. O fundo desempenha um papel fundamental no fortalecimento da educação infantil como direito de todas as crianças, contribuindo para a ampliação do acesso e a promoção da qualidade educacional nessa fase crucial do desenvolvimento infantil.

A Resolução CNE/CEB 5/2009, publicada no Diário Oficial da União em 18 de dezembro de 2009, estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI no Brasil, com o objetivo de garantir o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos, por meio de um currículo adequado, professores e profissionais capacitados, uma abordagem inclusiva e não classificatória da avaliação.

O Art. 4º da referida lei traz a concepção de criança a ser considerada nas instituições de educação infantil:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (p.1).

Com vistas a garantir o acesso à educação desde a primeira infância, em 2013, a Lei nº 12.796/2013, determina a obrigatoriedade de matrículas das crianças brasileiras na educação básica a partir dos 4 anos de idade. A referida legislação ajusta a LDB nº 9.394/1996 à Emenda Constitucional nº 59/2009, que tornou obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade.

Outro movimento quanto à políticas públicas para a criança, acontece em 2014 com o Plano Nacional de Educação - PNE instituído pela Lei nº 13.005. Com sua promulgação no mesmo ano, estabeleceu metas e estratégias para a melhoria da educação brasileira ao longo dos próximos dez anos, ou seja, até 2024. Entre as metas definidas pelo PNE, está a ampliação da oferta de educação infantil, visando atender pelo menos 50% das crianças de até 3 anos de idade e 100% das crianças de 4 e 5 anos de idade até o final da vigência do plano em 2024.

Já em 2016 com a Lei nº 13.257, conhecida como Marco Legal da Primeira Infância, aprovou-se um conjunto de medidas para a proteção e o desenvolvimento integral das crianças brasileiras de até 6 anos de idade. Entre as diversas áreas contempladas pela lei, a educação é uma das mais importantes, reafirmando ações necessárias para a garantia de acesso das crianças brasileiras de até 6 anos de idade a uma educação de qualidade, valorizando a formação e capacitação dos profissionais da educação, a participação das famílias no processo educativo e a criação de espaços de convivência adequados para o desenvolvimento integral das crianças.

Em 2018 a aprovação Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil, estabeleceu competências e habilidades que as crianças devem desenvolver nessa etapa da educação. A BNCC define, para a educação infantil, direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, campos de experiência de aprendizagem e desenvolvimento, bem como as orientações pedagógicas para os

professores. A referida lei compreende a criança como: “corpo, mente e emoções, aponta a importância de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se como direitos essenciais de aprendizagem e desenvolvimento.” (BRASIL, 2018, p. 34).

A BNCC define os conhecimentos, habilidades e competências que devem ser desenvolvidos nessa etapa da educação, buscando garantir uma educação de qualidade e equitativa. Para a educação infantil, a BNCC enfatiza a importância do cuidado, da brincadeira e da interação social no processo educativo. Além disso, destaca a necessidade de promover o desenvolvimento integral das crianças, considerando seus aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais.

Além disso, ela orienta os currículos das instituições de educação infantil, fornecendo diretrizes para a organização das atividades e experiências de aprendizagem. Também ressalta a importância da participação das famílias e da valorização da diversidade cultural.

A implementação da BNCC na educação infantil requer uma formação adequada dos profissionais, bem como a criação de condições adequadas nas instituições, como espaços físicos e materiais educativos apropriados.

Em resumo, a BNCC na educação infantil busca promover uma abordagem centrada na criança, que valorize sua participação, brincadeira e desenvolvimento integral, contribuindo para uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida.

Hoje, a criança é reconhecida como um sujeito de direitos e como um ser em desenvolvimento, com necessidades específicas e potencialidades a serem exploradas. A visão contemporânea da criança é influenciada pelos avanços na psicologia do desenvolvimento, nos estudos sobre infância e nas políticas públicas voltadas para a proteção e o bem-estar infantil.

Ela é considerada um ser completo, com uma identidade própria, capaz de pensar, aprender, expressar-se e participar ativamente da sociedade. A importância do brincar, da criatividade e da interação social na vida da criança é destacada, assim como o desenvolvimento integral, abrangendo aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais.

A educação infantil é vista como fundamental para estimular o desenvolvimento pleno da criança, promovendo oportunidades de aprendizado, exploração e descoberta. A diversidade cultural e as características individuais de cada criança são levadas em consideração, respeitando suas diferenças e promovendo uma educação inclusiva e equitativa.

A criança é valorizada como sujeito de direitos, protagonista de seu próprio desenvolvimento e com potencialidades a serem estimuladas, refletindo a valorização da infância e a busca por uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante ressaltar que a partir da análise das legislações e políticas públicas brasileiras, observamos como a Educação Infantil é um campo relativamente recente na história da educação brasileira.

Ao longo da história, desde a descoberta do sentimento de infância até a construção das políticas públicas voltadas para a educação infantil, o Brasil passou por avanços significativos na proteção e promoção dos direitos das crianças. A partir do reconhecimento da criança como sujeito de direitos, diversas leis e regulamentações foram estabelecidas para garantir seu desenvolvimento integral e acesso à educação de qualidade.

No contexto atual, a educação infantil continua sendo uma etapa fundamental no processo educacional, reconhecida como a base para o desenvolvimento pleno das crianças. O investimento na educação infantil busca não apenas o cuidado e proteção das crianças, mas também a promoção de experiências educativas que estimulem seu desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo.

No entanto, apesar dos avanços, ainda há desafios a serem superados na educação infantil. A qualidade das instituições, a formação dos profissionais, a infraestrutura adequada e a ampliação do acesso para todas as crianças são questões cruciais a serem enfrentadas. Além disso, é necessário garantir a inclusão e equidade, considerando as diversidades de contexto, cultura e necessidades das crianças.

Nesse sentido, a educação infantil atual busca promover uma abordagem mais centrada na criança, que valorize sua participação, criatividade e autonomia. A Base

Nacional Comum Curricular (BNCC) estabeleceu direitos de aprendizagem e desenvolvimento, campos de experiência e orientações pedagógicas para a educação infantil, buscando promover práticas pedagógicas mais inclusivas, lúdicas e contextualizadas.

Para avançar na melhoria da educação infantil, é necessário o contínuo investimento em políticas públicas que garantam recursos adequados, formação e valorização dos profissionais, parcerias com a comunidade e a participação efetiva das famílias. Somente assim será possível construir um sistema educacional que ofereça oportunidades equitativas e de qualidade para todas as crianças, reconhecendo a importância fundamental dessa fase na formação e no futuro de cada indivíduo e da sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB 5/2009**. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União.

BRASIL. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação - PNE** Brasília, DF, 25. Jun. 2014

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Brasília: Diário Oficial da União. BRASIL.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

_____. Childhood as a Structural Form. In: QVORTRUP, Jens; CORSARO, William C.; HONIG, Michael-Sebastian. *The Palgrave Handbook of Childhood Studies*. Basingtoke (England): Palgrave Macmillan, 2011a. p. 21-33.

ANTUNES, Arnaldo. Saiba. [Gravação de áudio]. São Paulo: Sony Music, 2009.
ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

AZEVEDO, Heloísa Helena Oliveira de. **Educação Infantil e Formação de Professores: para além da separação cuidar e educar**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

DORNELLES, Leni Vieira. **Infâncias que nos escapam: da criança na rua à criança cyber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. CAP 1 – Inventando Infâncias.

KUHLMANN Jr., Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. 6ª Ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2011. Cap. 1.

MONTENEGRO, Thereza. **O cuidado e a formação moral na educação infantil**. São Paulo: EDUC, 2001.

Nunes, M. F. R., Corsino, P., & Didonet, V.. **Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica**. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011, 102 p.

QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.36, n. 2, p. 631-643, maio/ago. 2010.

SCOTTINI, A. (compilação). **Minidicionário Escolar Da Língua Portuguesa**. São Paulo: Todolivro, 2009.